

***Sumário por Temas******Boletins CAO-Crim 001 a 104***

**Procurador-Geral de Justiça**  
Mário Luiz Sarrubbo

**Secretário Especial de Políticas Criminais**  
Arthur Pinto Lemos Junior

**Assessores**  
Fernanda Narezi Pimentel Rosa  
Ricardo José Gasques de Almeida Silveiras  
Rogério Sanches Cunha  
Valéria Scarance  
Paulo José de Palma (descentralizado)

**Artigo 28 e Conflito de Atribuições**  
Marcelo Sorrentino Neira  
Fernando Célio Brito Nogueira

**Analistas Jurídicos**  
Ana Karenina Saura Rodrigues  
Victor Gabriel Tosetto

## ÍNDICE POR TEMAS

TEMA.....EDIÇÃO

### AÇÃO PENAL

#### Estudos do CAOCRIM

- 1 Apresentação tardia do rol de testemunhas.....72
- 2 Conceito de documento para fins penais.....64

#### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

- 1 Análise da necessidade ou não de descrição minuciosa e individualizada da ação de cada agente, nos crimes de autoria coletiva.....17
- 2 Art. 2º, §1º, da lei 12.850/13. Impedir ou embaraçar a investigação de organização criminosa. Inquérito policial e ação penal. Abrangência.....56
- 3 Art. 40 do CPP. Remessa de cópias e documentos. Desnecessidade. Ministério Público. *Custos legis*. Acesso aos autos.....54
- 4 Exclusão de crime. Imunidade parlamentar e liberdade de expressão.....19
- 5 Lavagem de dinheiro, infração penal antecedente e a Súmula 711 do STF.....64
- 6 Lavagem de dinheiro. Denúncia. Condutas praticadas antes da lei 12.683/12. Crimes antecedente. Descrição exaustiva e pormenorizada. Desnecessidade. Lastro probatório mínimo. Aptidão.....71
- 7 Prazos: Art. 366 CPP – prazo prescricional que volta a fluir após o período de suspensão – afastada a prescrição da pretensão punitiva.....29
- 8 Prazos: Ministério Público e a prerrogativa de prazo recursal em dobro em matéria criminal.....4
- 9 STJ – Denúncia não pode ser fundamentada exclusivamente em colaboração premiada.....45
- 10 Violação de direito autoral – identificação dos titulares do direito autoral – não necessária.....42

### Artigos de interesse institucional

- 1 Análise da possibilidade jurídica do acordo de não continuidade da persecução penal judicial.....100

### **ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP)**

#### Estudos do CAOCRIM

- 1 A confissão e delação do indiciado que celebrou acordo de não persecução penal e sua oitiva na ação penal contra coautor(es) da infração penal.....102
- 2 Após a sentença condenatória. Tese de não cabimento.....87
- 3 A bem sucedida experiência na comarca de Dracena.....75
- 4 ANPP e os crimes funcionais.....59
- 5 Crimes praticados antes e depois do ‘pacote anticrime’. Pressupostos para o cabimento do acordo e recentes decisões do STJ.....99
- 6 Enunciado 74 CAO-CRIM – é cabível o ANPP nos crimes culposos com resultado violento.....96
- 7 Estatísticas sobre ANPP.....54
- 8 Nota técnica nº 6 – fluxo do ANPP virtual.....98
- 9 Nota técnica nº 6 – fluxo do ANPP 100% virtual (2ª edição).....101
- 10 Passo a passo para sua concretização (res. 181/17 CNMP).....21
- 11 Prerrogativa do MP. Incabível ingerência do Poder Judiciário.....93

#### Decisões do setor art. 28 do CPP

- 1 ANPP e homicídio culposo na direção de veículo automotor.....95
- 2 Associação para o tráfico de drogas. Recusa de formulação de ANPP.  
Manutenção.....98
- 3 Crimes contra a dignidade sexual de menores. Pedofilia. Recusa de formulação de ANPP. Manutenção.....99

- 4 Juiz, de ofício, provoca a reanálise pelo PGJ da manifestação de recusa de formulação do acordo. Violação do sistema acusatório.....102
- 5 Recusa de formulação de ANPP. Homicídio culposo. Circunstâncias do caso concreto não recomendam a proposta. Manutenção da recusa pelo PGJ.....96

### **ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO**

#### Estudos do CAOCRIM

- 1 Viabilidade de a Defensoria Pública Estadual figurar como assistente da acusação.....40

### **AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA**

#### Estudos do CAOCRIM

- 1 Não proibição de as mídias da apresentação acompanharem o processo. Art. 8º da resolução 213 CNJ.....3
- 2 Não realização da audiência de custódia. Mera irregularidade.....6
- 3 Protocolo de Istambul, o combate à tortura e sua aplicação nas audiências de custódia.....17

#### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

- 1 Audiência de custódia e espécies de prisão.....37
- 2 Decisão do juízo em audiência de custódia não faz coisa julgada material.....22
- 3 Mandado de prisão preventiva. Cumprimento em unidade jurisdicional diversa. Audiência de custódia. Realização por meio de videoconferência pelo juízo ordenador da prisão. Não cabimento. Ausência de previsão legal.....81

### **BUSCA E APREENSÃO**

#### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

- 1 Crime de natureza permanente – mandado de busca e apreensão.....42

2 Sexta turma considera ilegal busca e apreensão coletiva.....73

## **CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

### Estudos do CAOCRIM

1 Réu não citado pessoalmente, posto que não encontrado nos endereços constantes dos autos. Poder-dever de o Juiz pesquisar seu paradeiro junto a sistemas públicos de informação.....45

2 Aplicação ou não do prazo para intimação eletrônica ao MP.....43

### Decisões de interesse institucional

1 Desnecessidade de intimação pessoal do acusado sobre o resultado do julgamento do recurso de apelação criminal.....33

## **CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI 9.503/7)**

### Estudos do CAOCRIM

1 A lei 13.840/19 e o §4º acrescentado ao art. 306 – exigência de que o aparelho utilizado para a prova da infração seja homologado pelo INMETRO.....51

2 Constitucionalidade do art. 305 do CTB. Nota técnica.....24

3 Crimes de trânsito e a lei 13.654/17.....18

4 Embriaguez ao volante. Lesão Corporal Culposa na direção de veículo automotor.....5

5 O STF e a (in)constitucionalidade do art. 305 do CTB. MPSP admitido como *amicus curiae*.....19

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1 Art. 305 do STB – STF – é constitucional a punição da fuga do local do acidente.....29

2 Crimes de trânsito na visão do STJ.....59

3 Habilitação para dirigir veículo automotor. Suspensão ou proibição. Restrição administrativa, Violação. Art. 307 do CTB. Ausência de tipicidade.....38

4 Homicídio culposo na direção de veículo automotor. Perda do controle do carro.

	Atropelamento na calçada. Causa especial de aumento de pena. Art. 302, §1º, II.....	90
5	Homicídio na direção de veículo automotor – dolo eventual.....	55
6	Homicídio na direção de veículo automotor e competência do Tribunal do Júri.....	7
7	Homicídio na direção de veículo automotor – compatibilidade do dolo eventual e a tentativa.....	37
8	STJ – adulteração da placa de semirreboque é conduta atípica.....	69
9	Suspensão de CNH de motorista profissional condenado por homicídio culposo por acidente de trânsito é constitucional.....	80
10	Embriaguez ao volante com morte. Análise da voluntariedade na pronúncia.....	1
	<u>Decisões do setor art. 28 do CPP</u>	
1	Natureza jurídica do crime do art. 308 CTB: de concurso eventual ou necessário?....	94

### **COLABORAÇÃO PREMIADA**

#### Estudos do CAOCRIM

1	Delação no procedimento do Júri.....	49
2	Legitimidade do Delegado de Polícia e as atribuições/deveres do MP.....	10
3	Termo de confidencialidade (breves comentários e modelo).....	33

#### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	2ª Turma decide que investigado não tem direito líquido e certo a acordo de colaboração premiada.....	50
2	Acordo de delação premiada e impugnação por terceiro (delatado).....	50
3	Colaboração premiada conduzida por Delegado de Polícia: constitucionalidade.....	8
4	Colaboração premiada e termo de compartilhamento.....	30
5	Prisão por descumprimento de delação premiada: ilegalidade.....	29
6	STJ – Denúncia não pode ser fundamentada exclusivamente em colaboração premiada.....	45

## COMPETÊNCIA

### Estudos do CAOCRIM

- 1 Competência para o julgamento do falso testemunho praticado em sede de teleaudiência.....98
- 2 Competência para o processo e julgamento do crime de falsificação de documento público emitido por órgão federal.....58
- 3 Conflito de atribuição entre MPs e o aviso 150/17 PGJ e CGMP.....10
- 4 Crime de estelionato, competência para o julgamento e o posicionamento da terceira seção do STJ.....21
- 5 Crime doloso contra a vida cometido por policiais militares. Atribuição para a investigação.....15
- 6 Crimes falimentares de menor potencial ofensivo. Competência.....101
- 7 Duplicata simulada – art. 172 CP – competência.....66
- 8 Enunciados do CAOCRIM e setor do art. 288 do CPP (conflitos criminais).....70
- 9 Fabricação ilegal de cigarro nacional, sem indícios de sua exportação. Competência da Justiça Estadual.....5
- 10 Financiamento fraudulento junto à instituição financeira – competência.....68
- 11 Foro por prerrogativa de função em crimes comuns cometidos por membros do Ministério Público e da Magistratura.....77
- 12 Foro por prerrogativa – reflexos práticos.....1
- 13 Foro por prerrogativa – competência de foro por prerrogativa (tabela).....76
- 14 Lei 13.491/17 e a nova competência (ampliada) da Justiça Militar.....2
- 15 Modelo de manifestação e remessa do feito para a Justiça Militar.....2
- 16 Terrorismo doméstico – competência da Justiça Estadual.....39
- 17 VEC competente para a execução da pena de multa.....98
- 18 Violência sexual do pai contra a filha – vara da violência doméstica.....28

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Ação penal de competência do Júri. Estatuto do índio. Estudo antropológico. Relevância. Compreensão dos contornos socioculturais dos fatos analisados. Momento oportuno. Sentença de pronúncia.....	76
2	Ações penais sobre contrabando são de competência da Justiça Federal, independentemente da transnacionalidade.....	22
3	Ameaças de ex-namorado à mulher via <i>Facebook</i> . Crime à distância. Internacionalidade configurada. Pedidos de medidas protetivas de urgência ao Poder Judiciário brasileiro. Lei Maria da Penha. Concretude às convenções internacionais firmadas pelo Brasil. Competência da Justiça Federal.....	30
4	Caso Marielle. Investigação sobre mandantes do crime fica no âmbito da Justiça Estadual do Rio de Janeiro.....	94
5	Compete à Justiça Federal julgar crime contra a vida em desfavor de policiais militares, consumado ou tentado, praticado no contexto de crime de roubo armado contra órgãos, autarquias, ou empresas públicas da União.....	75
6	Competência da Justiça Federal para o processamento e julgamento da ação penal que versa sobre crime praticado no exterior que tenha sido transferida para a jurisdição brasileira, por negativa de extradição.....	5
7	Conflito de atribuição entre MPF e MPE deve ser resolvido pelo CNMP.....	96
8	Crime de racismo contra judeus em rede social deve ser julgado pela Justiça Federal. Transnacionalidade demonstrada.....	93
9	Crime do art. 24-A da Lei Maria da Penha – competência.....	74
10	Crime doloso contra a vida praticado por militar contra civil.....	32
11	Criptomoeda. Oferta pública de contrato de investimento coletivo. Incidência dos crimes tipificados na lei 7.492/86. Competência da Justiça Federal.....	88
12	Estelionato. Depósito em favor de conta bancária de terceiro. Competência. Divergência na terceira seção. Juízo do local da agência beneficiário do depósito....	81
13	Execução de medida de segurança imposta a militar federal licenciado.....	8
14	Foro por prerrogativa de função e delitos praticados no mandato anterior.....	49
15	Governador. Mandatos sucessivos. Prerrogativa de foro. Interpretação restritiva. Art. 105, I, 'a', da CF/1988. Contemporaneidade e pertinência temática entre os	



	fatos em apuração e o exercício da função pública. Imprescindibilidade. Incompetência do STJ.....	54
16	Homicídio envolvendo policiais militares de diferentes unidades da federação. Policiais fora de serviço ou da função. Discussão iniciada no trânsito. Contexto fático que não se amolda ao disposto no art. 9º, II, ‘a’, e III, ‘d’, do CPM. Competência da Justiça Comum.....	88
17	Homicídio na direção de veículo automotor e competência do Tribunal do Júri.....	7
18	Homicídio praticada por policial militar contra civil – competência para apreciação do pedido de arquivamento do inquérito policial.....	62
19	Infrações de menor potencial ofensivo – requerimento de instauração de incidente de insanidade mental. Não deslocamento para o Juízo Comum.....	43
20	Investimento de grupo em criptomoeda. Pirâmide financeira. Crime contra a economia popular. Evasão de divisas ou lavagem de dinheiro em detrimento de interesses da União. Inocorrência. Competência da Justiça Estadual.....	99
21	Justiça Comum de MG vai julgar militar acusado de cometer crime fora de serviço contra bombeiro estadual.....	38
22	Justiça Estadual é competente para julgar crime ocorrido a bordo de balão.....	46
23	Justiça Estadual é o foro competente para julgar suposto crime envolvendo <i>Bitcoin</i> .....	32
24	Lei 10.446/02. Atribuições da Polícia Federal e a competência Estadual.....	3
25	Lei 13.491/17. Fatos perpetrados antes do seu advento. Norma com conteúdo híbrido. Incidência imediata. Possibilidade. Observância da norma penal mais benéfica ao tempo do crime. Competência do Juízo Militar, com ressalva.....	39
26	Medida protetiva. Art. 9º, §2º, II, da lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha). Manutenção do vínculo trabalhista, Afastamento do local de trabalho. Vara especializada em violência doméstica e familiar. Competência.....	67
27	Para a 1ª Turma do STF, compete à Justiça Estadual julgar crime de homicídio praticado por policial no deslocamento ao trabalho.....	78
28	Competência para julgar crime cometido em banco postal.....	44
29	Para terceira seção do STJ, estelionato por meio de aplicativo deve ser julgado onde	

	o dinheiro foi recebido.....	65
30	Plenário do STF reafirma competência da Justiça Eleitoral para julgar crimes comuns conexos a delitos eleitorais.....	39
31	Prorrogação de competência e prerrogativa de foro.....	27
32	STF – Homicídio cometido por militar da ativa contra outro militar em ritual de magia negra compete à Justiça Estadual.....	44
33	STJ – Troca de imagem de nudez entre adulto e adolescente é da competência da Justiça Estadual.....	11
34	Venda premiada. Captação de recursos de terceiros. Pessoa jurídica praticante e atividade de consórcios. Equiparação a instituição financeira. Ausência de autorização do Banco Central. Caracterização de crime contra o sistema financeiro nacional. Lei 7.492/86. Competência da Justiça Federal.....	33
	<u>Decisões do setor art. 28 do CPP</u>	
1	Conflito de atribuição. Crime de comercialização ilegal de botijões de gás. Lei 8.176/91. Competência da Justiça Estadual. Tese pacificada no STJ.....	91
2	Conflito negativo de atribuição (MPSP e MPF). Não cumprimento de ordem da Justiça Estadual por servidor público federal, no exercício da função. Competência da Justiça Federal.....	97
3	Conflito negativo de atribuição.....	101

### **CONCURSO DE CRIMES**

#### Estudos do CAOCRIM

1	Concurso formal de crimes na jurisprudência do STJ.....	44
2	Crime continuado nas teses do STJ.....	36
3	Inviabilidade da continuidade delitiva entre os crimes de roubo e extorsão.....	75

#### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Concurso material entre os crimes de roubo e extorsão.....	50
2	Crime doloso contra a vida – Concurso material de crimes – inaplicabilidade do	

	crime continuado.....	58
3	Inviabilidade da continuidade delitiva entre os crimes de roubo e extorsão.....	21
4	Roubo e extorsão – Concurso material – Exigência da entrega de cartões bancários com as senhas e apoderamento de demais bens.....	70
5	Roubo e extorsão e continuidade delitiva.....	2
6	Roubo majorado em concurso formal – Lesão a patrimônios distintos – Vítimas diversas.....	61

### CONDUTAS CRIMINOSAS

#### Estudos do CAOCRIM

1	Associações habitacionais – aspectos criminais.....	75
2	Aumento abusivo de preços em situação de calamidade.....	84
3	Criação e veiculação de <i>fake news</i> – implicações criminais.....	85
4	Crime de omissão de notificação de doença.....	84
5	Crimes contra a ordem tributária e relações de consumo de acordo com o STJ.....	57
6	Crimes envolvendo carregamento fraudulento de bilhete único, tendo como vítima órgãos como SPTRANS e CPTM.....	12
7	Crimes envolvendo o serviço <i>Yellow</i> (disponibilização de bicicletas compartilháveis).....	23
8	Criminalização da homotransfobia – fundamentos e efeitos.....	101
9	Falsificação de álcool gel: tipificação penal.....	84
10	Internação involuntária em clínica de recuperação e crime de cárcere privado.....	43
11	Lei 13.803/19: notificação de faltas escolares e o crime de abandono intelectual.....	34
12	Máquina caça níquel como objeto material de crime patrimonial.....	80
13	O crime de abandono material e a inadimplência de pensão alimentícia.....	13
14	‘Pirataria’ envolvendo jogos eletrônicos ( <i>videogame</i> ). Adequação típica.....	45
15	Pluralidade de associações criminosas praticadas pelo mesmo agente.....	50

16	Porte de arma branca. Contravenção penal. Artigo 19 do Decreto-Lei 3.688/1941. Conduta típica.....	91
17	STF e a criminalização da homofobia e transfobia. Consequências práticas.....	53
18	Subtração de máscaras e álcool gel de hospitais: tipificação penal.....	84
<u>Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM</u>		
1	Crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura. Art. 359-C do Código Penal. Delito próprio. Sujeito ativo. Agente público titular de mandato ou legislatura.....	7
2	Crime de responsabilidade dos prefeitos. Art. 1º, I, do Decreto-Lei 201/1967. Funcionário fantasma. Pagamento de remuneração. Serviços não prestados. Atipicidade da conduta.....	88
3	Depósito judicial e o crime de peculato.....	1
3	Fraude ao certame licitatório – Art. 90 da lei 8.666/93. Natureza jurídica do crime...64	
4	Natureza do crime do art. 298 do CP – delito formal.....	31
5	O indivíduo que simula roubo contra si e seu companheiro de trabalho para se apoderar de dinheiro da empresa responde pela subtração violenta, não por estelionato.....	104
5	Terceira seção do STJ pronunciou-se no sentido de que disposições da Convenção Americana de Direitos Humanos não revogaram o crime de desacato.....	28
6	Tipificação do crime de desacato não viola a garantia da liberdade de expressão.....	98
7	Violação de direito autoral – art. 184, §2º, do Código Penal.....	24
<u>Artigos de interesse institucional</u>		
1	Criminalização da homotransfobia e o princípio da dignidade da pessoa humana...100	

### CONFLITO DE NORMAS

#### Estudos do CAOCRIM

1	Crime ambiental de pichação – Pena de prestação de serviço à comunidade – art. 9º da LCA e art. 46 do CP.....	38
---	---	----

## **CORREIÇÃO PARCIAL**

### Estudos do CAOCRIM

- 1 Indeferimento do pedido do MP para localizar novos endereços do réu – inversão tumultuária do processo – *error in procedendo*.....25
- 2 Pluralidade de causas de aumento de pena na parte especial do Código Penal. Discricionariedade (e não obrigatoriedade) de o juiz aplicar somente uma, a que mais aumenta (art. 68, parágrafo único, CP).....46
- 3 Transação penal à revelia do MP. Impossibilidade. Correição parcial.....25

## **CORRUPÇÃO**

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

- 1 Corrupção passiva e causa de aumento de pena – art. 317, §1º, do CO.....58
- 2 Corrupção passiva. Art. 317 do CP. Expressão ‘em razão dela’. Equiparação a ‘ato de ofício’. Inviabilidade. Ações ou omissões indevidas fora das atribuições formais do funcionário público. Condenação. Possibilidade.....28
- 3 Corrupção passiva é consumada mesmo que o ato seja estranho às atribuições do servidor.....23

## **CRIMES AMBIENTAIS**

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

- 1 A assinatura do termo de ajustamento de conduta com órgão ambiental não impede a instauração de ação penal.....6
- 2 Adulteração ou falsificação de anilhas – Crime ambiental e uso de sinal público falsificado.....35
- 3 Art. 68 da LCA e inaplicabilidade do princípio da insignificância.....72
- 4 Crime do art. 54 da lei 9.605/98. Natureza formal do delito. Realização de perícia. Desnecessidade. Potencialidade de dano à saúde.....3

- 5 Falta de perícia em área com vestígios de degradação leva à absolvição de acusado de crime ambiental.....70

### **CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL**

#### Estudos do CAOCRIM

- 1 Estupro virtual de vulnerável.....82
- 2 Lei 13.718/18 e os novos crimes contra a dignidade sexual.....22
- 3 Lei 13.722/18: criminaliza o registro não autorizado de cena de nudez ou ato de libidinagem e caráter íntimo e privado.....34

#### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

- 1 Art. 218-B, §2º, I, do CP. Favorecimento de prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável. Agente que pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso. Habitualidade. Desnecessária.....45
- 2 1ª Turma do STF mantém condenação de adulto por beijo lascivo em criança.....68
- 3 Casa de prostituição. Tipicidade. Art. 229 do Código Penal. Exploração sexual. Elemento normativo do tipo. Violação à dignidade sexual e tolhimento à liberdade Inexistência. Atípico.....20
- 4 Conduta caracterizadora do crime de estupro de vulnerável.....32
- 5 Consumação do estupro de vulnerável dispensa efetiva relação sexual.....4
- 6 Edição 152 de Jurisprudência em Teses destaca crimes contra a dignidade sexual..102
- 7 É facultado aos Tribunais de Justiça atribuir às Varas de Infância e da Juventude competência para processar e julgar crimes de natureza sexual praticados contra crianças e adolescentes.....99
- 8 Em delitos sexuais, comumente praticados às ocultas, a palavra da vítima possui especial relevância, desde que esteja em consonância com as demais provas acostadas aos autos.....99
- 9 Estupro de vulnerável – consentimento da vítima – irrelevante.....30
- 10 Legitimidade ativa do Ministério Público e crime de estupro em lesão corporal.....7

11	Não é possível desclassificar crime de estupro de menor de 14 anos para importunação sexual.....	54
12	O beijo lascivo integra o rol de atos libidinosos e configura o crime de estupro se obtido mediante emprego de força física do agressor contra a vítima maior de 14 anos.....	99
13	O estado de sono, que diminua a capacidade da vítima de oferecer resistência, caracteriza a vulnerabilidade prevista no art. 217-A, §1º, do Código Penal.....	99
14	Sexta turma aplica nova lei a crime sexual praticado sem violência ou grave ameaça.....	26
15	STJ. Proporcionalidade não pode ser utilizada para afastar a consumação do estupro de vulnerável.....	16

#### **CRIMES CONTRA A HONRA**

##### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Jurisprudência em teses trata sobre crimes contra a honra.....	60
---	--	----

#### **CRIMES CONTRA A RELAÇÃO DE CONSUMO**

##### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Análise da necessidade ou não da realização de perícia para a comprovação da materialidade do crime de expor à venda produtos impróprios para o consumo.....	18
---	--	----

#### **CRIMES TRIBUTÁRIOS**

##### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Constituição definitiva do crédito. Justa causa presente. Súmula vinculante.....	9
2	Crimes contra a ordem tributária.....	101
3	Juntada do procedimento tributário. Desnecessidade. Eventuais irregularidades. Discussão na sede própria.....	9
4	Lei 8.137/190, art. 2º, II e não recolhimento de ICSM declarado e tipicidade.....	80

5	Reconhecimento da prescrição tributária não afeta a persecução penal, diante da independência entre as esferas administrativo-tributária e penal.....	15
6	STJ: o delito do art. 1º, V, da lei 8,137/90 é formal e prescinde do processo administrativo-fiscal para a persecução penal.....	15
7	Súmula vinculante 24. Fato típico anterior à sua edição. Incidência. Mera consolidação de remansosa interpretação judicial. Termo do prazo prescricional. Constituição definitiva do crédito tributário.....	35
8	Tributos estaduais ou municipais. Causa de aumento. Art. 12, I, da lei 8.137/90. Caracterização de grave dano à coletividade. Equivalência a créditos prioritários ou grandes devedores.....	89
9	Valor executado pelo fisco autoriza reconhecimento da insignificância em crime tributário estadual.....	97

### DADOS FISCAIS

#### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Compartilhamento de dados da receita com MP. Lícitude da prova.....	1
2	STF considera legítimo compartilhamento de dados bancários e fiscais com MP.....	76
3	STF determina suspensão nacional de processos sobre compartilhamento de dados fiscais sem autorização judicial.....	57
4	STF fixa tese de repercussão geral para autorizar compartilhamento de dados bancários e fiscais sem autorização judicial.....	77

### DENÚNCIA

#### Estudos do CAOCRIM

1	Modelo de cota de oferecimento da denúncia para o acaso de ANPP não celebrado na fase policial por falta de advogado/defensor, aplicando-se o art. 79 da lei 9.099/95, por analogia.....	81
2	Modelo de denúncia – art. 268 CP.....	85
3	Oferecimento da denúncia: <i>in dubio pro societate x in dubio pro reo</i> .....	9



## DENUNCIÇÃO CALUNIOSA

### Estudos do CAOCRIM

- 1 Congresso nacional derruba veto e restaura o crime de propalação ou divulgação do crime ou ato infracional objeto de denúncia caluniosa.....63
- 2 Denúnciação caluniosa e autodefesa.....82
- 3 Lei 13.834/19: tipifica o crime de denúncia caluniosa para fins eleitorais.....51

## DESERÇÃO

### Estudos do CAOCRIM

- 1 Deserção no processo penal e na lei 9.099/95.....3

## DOSIMETRIA DA PENA

### Estudos do CAOCRIM

- 1 Estado de calamidade e agravante de pena (art. 61, II, 'j', CP).....84
- 2 Fixação do regime inicial de cumprimento de pena. Súmulas 718 e 719 do STF.....20
- 3 Havendo diversas condenações anteriores com trânsito em julgado, não há *bis in idem* se uma for considerada como mau antecedente e outra como reincidência.....33
- 4 O expressivo prejuízo causado à vítima justifica o aumento da pena-base, em razão das consequências do crime.....33
- 5 Os atos infracionais não podem ser considerados como personalidade desajustada ou voltada para a criminalidade para fins de exasperação da pena-base.....33
- 6 Os atos infracionais não podem ser considerados como maus antecedentes para a elevação da pena-base, tampouco para a reincidência.....33
- 7 Os atos infracionais podem ser valorados negativamente na circunstância judicial referente à personalidade do agente.....33
- 8 Pluralidade de causas de aumento de pena na parte especial do Código Penal.

	Discricionariedade (e não obrigatoriedade) de o juiz aplicar somente uma, a que mais aumenta (art. 68, parágrafo único, CP).....	46
	<u>Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM</u>	
1	A condenação simultânea nos crimes de tráfico e associação para o tráfico afasta a incidência da causa especial de diminuição prevista no art. 33, §4º.....	53
2	Agravante da reincidência – comprovação por folha de antecedentes criminais.....	28
3	Art. 59 do CP. Condenação anterior com trânsito em julgado. Negativação da conduta social. Impossibilidade. Modificação de entendimento.....	35
4	Art. 273, §1º-B, do CP e aplicação analógica da minorante do tráfico privilegiado...	56
5	Art. 241-A da lei 8.069/90. Grande interesse por material pornográfico. Exasperação da pena-base. Conduta social ou personalidade. Inviabilidade.....	86
6	Aumento da pena no máximo pela continuidade delitiva em crime sexual.....	44
7	Circunstâncias impeditivas do tráfico privilegiado (art. 33, §4º, lei 11.343/06).....	15
8	Condenação alcançada pelo período depurador – possibilidade de configurar maus antecedentes.....	21
9	Condenação anterior transitada em julgado. Personalidade do agentes. Valoração negativa. Fundamentação inidônea.....	41
10	Crimes contra a vida – ciúme como qualificador em crime de homicídio.....	20
11	Fixação de regime menos gravoso: princípio da insignificância e reincidência.....	16
12	Furto praticado durante o repouso noturno – causa de aumento de pena.....	27
13	Furto praticado em estabelecimento comercial – majorante do repouso noturno.....	42
14	Homicídio culposo na direção de veículo automotor. Perda do controle do carro. Atropelamento na calçada. Causa especial de aumento de pena. Art. 302, §1º, II.....	90
15	Não caracterização de <i>bis in idem</i> o reconhecimento das qualificadoras de motivo torpe e de feminicídio no crime de homicídio praticado contra mulher em situação de violência doméstica.....	5
16	Necessidade ou não de o agente ter conhecimento da idade da vítima idosa para que incida a agravante do artigo 61, II, ‘h’, do Código Penal.....	18

17	Possibilidade de o juízo da execução proclamar a reincidência.....	86
18	Roubo – emprego de arma branca – aumento da pena base.....	35
19	Roubo com emprego de arma branca: <i>abolitio</i> da majorante de pena.....	7
20	STF afasta aplicação de causa de aumento da pena revogada pela lei de crimes sexuais.....	61
21	STJ: a majorante da menoridade no tráfico dispensa a prova da certidão.....	11
22	STJ: danos psicológicos na vítima autorizam o aumento da pena-base e dispensa perícia.....	12
23	STJ: não há <i>bis in idem</i> na valoração negativa dos mas antecedentes e da reincidência baseados em fatos distintos.....	14
24	Tráfico de drogas e causa de aumento do art. 40, III, da lei 11.343/06.....	23

#### **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI 8.069/90)**

##### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Art. 240 do ECA. Crime formal. Crime comum. Crime de subjetividade passiva própria. Tipo misto alternativo.....	67
2	Crime do art. 244-B da lei 8.069/90 – delito formal.....	21

#### **EFEITOS DA CONDENAÇÃO**

##### Estudos do CAOCRIM

1	Lei 13.718/18: dispõe sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro ascendente.....	22
2	Pedido ministerial de reparação do dano à vítima: momento processual para o requerimento.....	12

##### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Condenação criminal – suspensão de direitos políticos.....	29
---	--	----

2	Condenação de parlamentar e perda do mandato.....	5
3	Condenados por homicídio pagarão indenização e pensão a companheira e filha da vítima.....	18
4	Perda do cargo como efeito da condenação só pode atingir aquele ocupado na época do crime.....	78
5	Restabelecida perda do cargo público a policial condenado por tortura.....	69
6	STJ: a perda do cargo, função ou emprego público é efeito automático da condenação pela prática do crime de tortura.....	14
7	Suspensão de direitos políticos aplica-se a penas restritivas de direitos, decide STF.....	48

## **ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI 10.826/03)**

### Estudos do CAOCRIM

1	A evolução dos decretos regulamentadores e o conflito de leis penais no tempo.....	77
2	Aspectos penais do decreto 9.685/19 (posse de arma de fogo).....	34
3	Breves observações sobre o decreto 9.797/19.....	52
4	Crimes de posse e porte irregular de arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido (respectivamente, arts. 12 e 14, ambos da lei 10.826/03): natureza jurídica.....	29
5	O CAOCRIM disponibiliza nota técnica elaborada pelo MP-RS que analisou os decretos regulamentadores da lei 10.826/03.....	55
6	Portaria nº 1.222 de 12 de agosto de 2019 – dispões sobre parâmetros de aferição e listagem de calibre nominais de armas de fogo e das munições de uso permitido e restrito e dá outras providências.....	63
7	Reflexos penais do decreto 9.785/19.....	47

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Art. 16 da lei 10.826/03 (estatuto do desarmamento). Delito considerado hediondo. Lei 8.072/90 alterada pela lei 13.497/17. Alteração legislativa que abrange o <i>caput</i> e o parágrafo único.....	71
---	---	----

2	Porte ilegal de arma de fogo desmuniada – art. 16 da lei 10.826/03 – crime de perigo abstrato.....	26
3	Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido, inclusive nas formas equiparadas, é crime hediondo, segundo STJ.....	28
4	Posse de arma de fogo de uso permitido. Registro vencido. Irregularidade administrativa. Porte ilegal de arma de fogo. Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Tipicidade. Inaplicabilidade do entendimento firmado no julgamento da Ação Penal 686/AP.....	97

#### **ESTATUTO DO TORCEDOR (LEI 10.671/03)**

##### Estudos do CAOCRIM

1	Plano de ação do Ministério Público – respeito ao estatuto do torcedor.....	26
---	---	----

#### **ESTELIONATO**

##### Estudos do CAOCRIM

1	Crime de estelionato, competência para julgamento e o posicionamento da terceira seção do STJ.....	21
2	Modelo de recurso contra decisão que suspende o processo para colher a ‘representação da vítima’ no crime de estelionato.....	81
3	Representação no crime de estelionato.....	80
4	Terceiro que cede sua conta para depósito de dinheiro obtido de forma fraudulenta: definição jurídica da conduta.....	11

##### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Para quinta turma do STJ, exigência de representação para ação por estelionato não afeta processo em curso.....	96
---	---	----

#### **EXECUÇÃO**

### Estudos do CAOCRIM

1	A remição da pena na visão do STJ.....	50
2	Acórdão do TJSP – Pagamento da Multa – essencial para progressão de regime.....	102
3	ADCs 43, 44 e 45. Impossibilidade de execução antecipada da pena. Resumo da decisão e orientação do CAOCRIM.....	73
4	Análise sobre as revogações de prisões preventivas e progressões de regimes no cumprimento de penas no contexto da COVID 19.....	85
5	Artigo 112, VII da LEP e reincidência.....	101
6	Aviso – promotoria com atribuição para promover a execução da multa: alteração do entendimento da procuradoria-geral de Justiça.....	103
7	Breve análise das teses fixadas no acórdão da ADI3.150 e suas implicações.....	61
8	Cláusula <i>rebus sic stantibus</i> na execução criminal.....	59
9	Conflito negativo de atribuição. Divergência sobre a atribuição para promover execução da multa criminal em face de sentenciada presa definitivamente.....	88
10	Considerações sobre a certidão de sentença para execução da pena de multa.....	88
11	Coronavírus: informações gerais aos órgãos de execução.....	84
12	Enunciados do CAOCRIM.....	54
13	Enunciados do CAOCRIM.....	66
14	Execução da multa.....	91
15	Execução da multa, lei 13.964/19 e o início/course do prazo prescricional.....	82
16	Execução da pena de multa.....	36
17	Execução da pena de multa.....	87
18	Execução da pena de multa. Modelo atualizado e fluxograma.....	81
19	Execução da pena de multa. Novos esclarecimentos.....	89
20	Execução da pena de multa. Esclarecendo dúvidas mais frequentes.....	90
21	Execução penal provisória no Tribunal do Júri.....	90
22	Execução provisória da pena.....	62

23	Lei 13.654/18 e a alteração da pena pelo juízo da execução.....	67
24	Lei 13.769/18: a prisão domiciliar e a progressão de regime para presas gestantes e mães ou responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência.....	34
25	Modelo inicial da execução de pena de multa.....	86
26	Ministério Público e a execução de multa criminal.....	34
27	Natureza da decisão que defere a progressão de regime de cumprimento de pena. IRDR TJSP.....	76
28	Necessidade de pagamento da multa para progressão de regime – entendimento atual do STF.....	88
29	Parecer do núcleo de Execuções Criminais do Centro de Apoio Operacional Criminal CAOCRIM, nº 01/2020.....	101
30	Passo a passo – peticionamento eletrônico da execução da multa e do ANPP.....	86
31	Passo a passo – peticionamento eletrônico da execução da multa e do ANPP – errata.....	88
32	Pena restritiva de direito e hipóteses de conversão.....	94
33	Progressão ao regime semiaberto e a falta de comprovação do pagamento de multa. Parecer elaborado pelo Dr. Lauro Luiz Gomes Ribeiro.....	89
34	Questões controvertidas envolvendo a execução da pena de multa pelo MP.....	35
35	Remição pela leitura nas prisões estaduais, lei estadual 16.648/18 disciplina a matéria.....	8
36	Remição pena cumprida e cálculo para benefícios – Inocorrência de dupla consideração do período remido.....	103
37	Sentenciado em meio aberto – recomendação nº 62/20 CNJ e ofício nº 559 DMF-CNJ.....	90
38	Sentenciado não localizado nos endereços informados nos autos para início do cumprimento da PRD – validade do chamamento por edital.....	26
39	VEC competente para execução da pena de multa.....	98
	<u>Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM</u>	

1	A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a obtenção do benefício da progressão de regime.....	17
2	A prática de falta grave não interrompe o prazo para aquisição do indulto e da comutação, salvo se houver expressa previsão a respeito no decreto concessivo dos benefícios.....	16
3	Aplicação do novo entendimento do STF, caso a caso, pode afastar execução provisória da pena.....	79
4	Aprovado no ENEM não precisa comprovar a frequência escolar para obter remição de pena.....	83
5	Associação para o tráfico- Livramento condicional.....	71
6	Benefício da saída temporária é compatível com prisão domiciliar por falta de vagas em semiaberto.....	68
7	Chip de aparelho celular- Falta Grave - Prescindibilidade da perícia para atestar a funcionalidade do objeto.....	24
8	Comutação- Falta grave nos doze meses anteriores ao decreto- Impossibilidade de concessão do benefício.....	40
9	Condenação pelo tribunal do júri e execução provisória da pena.....	30
10	Cumprimento da pena privativa de liberdade e inadimplemento da pena de multa....	76
11	Descumprimento das condições do regime aberto - Extinção da pena - Impossibilidade.....	37
12	É ilegal a punição por falta grave se não comprovada a responsabilidade individual do condenado.....	81
13	É possível a remição do tempo de trabalho realizado antes do início da execução da pena, desde que em data posterior à prática do delito.....	6
14	Exame criminológico: faculdade do juízo das execuções e fundamentação padronizada.....	26
15	Execução de medida de segurança imposta a militar federal licenciado: competência.....	8
16	Execução de sentença penal condenatória. Pena substitutiva de prestação pecuniária.	



	Descumprimento. Arresto de bem de família. Descabimento. Reversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	20
17	Extinção da execução da pena depende do pagamento da multa imposta.....	46
18	Falta grave - Audiência de justificação para oitiva do reeducando antes da homologação judicial – Desnecessidade - Prévia oitiva na fase administrativa.....	35
19	Falta grave cometida em regime fechado e reinício da contagem do prazo para a progressão de regime.....	62
20	Falta grave pelo preso provisório.....	58
21	Impossibilidade da execução da pena restritiva de direitos antes do trânsito em julgado da condenação.....	21
22	Indulto e comutação de pena nas decisões do STJ.....	78
23	Legitimidade para execução de multas em condenações penais é do Ministério Público.....	33
24	Livramento condicional. Descumprimento das condições. Requisito subjetivo. Concessão de indulto. Não impedimento.....	94
25	Menção de acórdão à necessidade de trânsito não impede execução provisória da pena.....	27
26	Nova Condenação e Unificação de penas.....	57
27	Novo crime praticado durante a execução da pena - Unificação de penas - Nova data-base para concessão de benefícios- Mudança da Jurisprudência.....	35
28	Novo Indulto Humanitário.....	35
29	Pandemia de covid-19. Suspensão temporária do trabalho externo do reeducando. Possibilidade. Substituição automática da prisão decorrente da sentença.....	99
30	Pena restritiva de direitos e execução penal provisória.....	3
31	Pesquisa pronta STJ sobre Execução Penal.....	97
32	Possibilidade de o juízo da execução proclamar a reincidência.....	86
33	Prescrição da falta grave.....	28
34	Progressão de Regime. Inexistência de vaga em estabelecimento adequado.	

	Impossibilidade de concessão imediata da prisão domiciliar. Necessidade de aplicação das providências estabelecidas pelo RE 641.320/RS.....	3
35	Reincidência. Ausência de reconhecimento pelo juízo sentenciante. Proclamação pelo juízo da execução. Possibilidade. Reformatio in pejus. Inexistência.....	79
36	Remição ficta e omissão do Estado.....	4
37	Remição ficta e omissão do Estado.....	7
38	STF autoriza execução provisória de pena restritiva de direitos.....	36
39	STJ - a unificação de penas não enseja a alteração da data-base para concessão de novos benefícios na execução penal.....	41
40	Superveniência de nova condenação a PPL e incompatibilidade com cumprimento da pena alternativa anteriormente imposta.....	24
41	Terceira Seção do STJ aprova súmula sobre transferência e permanência de detentos em presídios federais.....	76
42	Teses do STJ sobre falta grave na execução penal.....	103
43	Vedação do indulto ao condenado pelo crime de associação para o tráfico.....	46
	<u>Setor de recursos especiais e extraordinários</u>	
1	O inadimplemento deliberado da pena de multa cumulativamente aplicada ao sentenciado impede a progressão no regime prisional.....	92
2	Progressão de regime. Réu condenado por crime hediondo. Reincidente não específico. Cumprimento mínimo de 60% para preenchimento do requisito objetivo.....	92
	<u>Decisões do setor art. 28 do CPP</u>	
1	Conflito negativo de atribuição sobre execução de multa criminal.....	104

## **EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE**

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Art. 366 CPP- prazo prescricional que volta a fluir após o período de suspensão - afastada a prescrição da pretensão punitiva.....	29
---	--	----

2	Furto de energia elétrica: pagamento antes da denúncia não justifica extinção da punibilidade.....	40
3	Súmula 617 STJ: A ausência de suspensão ou revogação do livramento condicional antes do término do período de prova enseja a extinção da punibilidade pelo integral cumprimento da pena.....	22
4	Não se pode declarar extinção da punibilidade quando pendente pagamento da multa criminal.....	98

#### **FALSIDADE DOCUMENTAL**

##### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Crime de uso de documento falso - Crime Formal.....	54
2	Uso de documento falso - Apresentação a agente policial após solicitação.....	25

#### **FALSO TESTEMUNHO**

##### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Retratação no crime de falso testemunho.....	73
---	--	----

#### **FURTO**

##### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Furto de energia elétrica: pagamento antes da denúncia não justifica extinção da punibilidade.....	40
2	Furto famélico e o princípio da insignificância.....	17
3	Furto praticado durante o repouso noturno- Causa de aumento de pena.....	27
4	Furto praticado em estabelecimento comercial- Majorante do repouso noturno.....	42
5	Furto qualificado e explosão- Não ocorrência da consumação- Ofensa a bens jurídicos distintos.....	39
6	Furto qualificado e princípio da insignificância.....	56

## **HABEAS CORPUS**

### Estudos do CAOCRIM

- 1 Indeferimento de liminar em pedido de liberdade com fundamento na pandemia.....85
- 2 Parecer do MP em *habeas corpus* coletivo com pedido liminar impetrado em favor de todos os apenados e presos provisórios com idade igual ou superior a 60 anos, portadores de doenças crônicas e gestantes.....103

### Decisões institucionais comentadas pelo CAOCRIM

- 1 A medida cautelar de afastamento de função pública não afeta diretamente a liberdade de locomoção, sendo inviável, por isso, a sua correção por meio de *habeas corpus* ou de seu recurso ordinário, salvo se imposta conjuntamente com a prisão preventiva ou outras medidas cautelares diversas da prisão que possam, de alguma forma, restringir o direito tutelado pela via mandamental.....31
- 2 COVID-19 – Indeferidos pedidos de *habeas corpus* para colocar presos idosos de SP em regime domiciliar.....91
- 3 *Habeas corpus* não comporta a análise de eventual pena ou regime a serem aplicados em caso de condenação, a fim de determinar possível desproporcionalidade da prisão cautelar.....27
- 4 *Habeas Corpus*. Prejudicado. Superveniência de acordo de transação penal.....71
- 5 O direito de visita em unidade prisional destoa da finalidade do *habeas corpus*, cujo objeto tutelado é a liberdade de locomoção, quando ameaçada por ilegalidade ou abuso de poder.....27
- 6 O STJ entende que não existe a possibilidade de intervenção de terceiros em *habeas corpus* e no respectivo recurso ordinário, por se tratar o HC de meio processual que não possui partes nem litigantes, mas tem como única função resguardar o direito de locomoção.....31
- 7 Segundo entendimento do STJ é vedado pleitear em *habeas corpus* a aplicação da minorante do artigo 33, parágrafo 4º, da Lei 11.343/06, para concluir de modo diverso do que foi decidido nas vias ordinárias.....32
- 8 Terceira Seção fixa condições para exame de *habeas corpus* quando já interposto

recurso pela defesa.....95

## HOMICÍDIO

### Estudos do CAOCRIM

1 Homicídio funcional: natureza jurídica da qualificadora (objetiva ou subjetiva?).....30  
2 Lei 13.771/18: altera majorantes no feminicídio.....34  
3 Projeto de lei 3.185/2020. câmara dos deputados: homicídio racista.....96

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1 Condenados por homicídio pagarão indenização e pensão a companheira e filha da vítima.....18  
2 Crimes contra a vida - Ciúme como qualificador em crime de homicídio.....20  
3 Não caracteriza *bis in idem* o reconhecimento das qualificadoras de motivo torpe e de feminicídio no crime de homicídio praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar.....5  
4 Para a 1ª Turma do STF, compete à Justiça Estadual julgar crime de homicídio praticado por policial no deslocamento ao trabalho.....78  
5 Sexta Turma do STJ admite qualificadora de meio cruel em pronúncia por homicídio de trânsito com dolo eventual.....81  
6 STJ repudia tese de legítima defesa da honra em caso de feminicídio.....74

## IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1 Magistrados e membros do Ministério Público - Impedimento e suspeição - Interpretação dos arts 252, 253 e 258, do Código de Processo Penal.....65

## INQUÉRITO POLICIAL

Estudos do CAOCRIM

- 1 Viabilidade da aplicação do art. 28 do CPP, por analogia, quando a vítima discorda do arquivamento do IP, como se fosse um recurso.....11

Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

- 1 1ª Turma do STF decide que não cabe ao Judiciário rever decisão de arquivamento do procurador-geral.....78
- 2 Arquivamento de inquérito policial de ofício pelo juiz. Inadmissibilidade.....63
- 3 Art. 2º, §1º, da Lei n. 12.850/2013. Impedir ou embaraçar a investigação de organização criminosa. Inquérito policial e ação penal. Abrangência.....56
- 4 Inquérito - Defesa técnica e oitivas.....40
- 5 STJ: Investigação deflagrada com base em *notitia criminis* de cognição imediata. Notícia veiculada em imprensa. Reportagem jornalística. Possibilidade.....61

Decisões do setor do art. 28 do CPP

- 1 Revisão, requerida pela vítima, de manifestação de arquivamento em inquérito policial judicialmente homologada. Não conhecimento.....103

**INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA**

Estudos do CAOCRIM

- 1 Mandado de segurança interposto contra a decisão de primeiro grau, que indefere pedido cautelar de interceptação.....61

**INTERROGATÓRIO**

Estudos do CAOCRIM

- 1 STF e a condução coercitiva para o ato do interrogatório (resumo da decisão).....49

Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

- 1 Ação penal originária e momento do interrogatório.....25
- 2 Condução coercitiva para interrogatório e recepção pela Constituição Federal de

	1988.....	7
3	Lei de drogas. Interrogatório realizado no início da instrução penal. Nulidade.....	50
4	Lei de drogas. Momento do interrogatório – último ato da instrução.....	22

### **JECRIM (LEI 9.099/95)**

#### Estudos do CAOCRIM

1	A restrição de direitos como condição do 'sursis'.....	42
2	Crime de menor potencial ofensivo - art. 66, parágrafo único, da lei 9.099/95 - não localização do réu para citação pessoal - remessa ao juízo comum para citação por edital - competência recursal).....	27
3	Deserção no processo penal e na lei 9.099/95.....	3
4	Legitimidade do MP para propor condições inominadas na suspensão condicional do processo (art. 89, §2º, lei 9.099/95).....	14
5	Lei 13.728/18 (altera a lei 9.099/95) e seus reflexos no processo penal (JECRIM).....	27
6	O estatuto do idoso e a aplicação das medidas despenalizadoras da Lei 9.099/95. Análise do acórdão da ADI 3/096.....	104
7	Transação penal à revelia do MP. impossibilidade. correção parcial.....	25

#### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Infrações de menor potencial ofensivo - Requerimento de instauração de incidente de insanidade mental - Não deslocamento para o Juízo Comum.....	43
2	Suspensão condicional do processo e descumprimento das condições impostas.....	60
3	Suspensão condicional do processo na visão do STJ.....	59
4	Suspensão condicional do processo. Prática da conduta descrita no art. 28 da Lei 11.343/2006. Analogia com a prática de contravenção penal. Causa facultativa de revogação do benefício. Aplicação do artigo 89, § 4º, da Lei 9.099/1995. Proporcionalidade.....	89

**LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (13.869/19)**

Estudos do CAOCRIM

1	Enunciados do CAOCRIM.....	74
---	----------------------------	----

**LEI DE DROGAS (11.343/06)**

Estudos do CAOCRIM

1	Art. 28 e a agravante da reincidência.....	2
2	Art. 28 e a ‘pena’ de multa.....	71
3	As mudanças promovidas pela lei 13.840/19.....	52
4	Atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico de drogas.....	37
5	Aviso sobre o rito da lei de drogas.....	56
6	Incidência do art. 40, III. Elevação da pena e aplicação de regime fechado.....	65
7	Lei 13.886/19: acelera a destinação de bens apreendidos ou sequestrados que tenham vinculação com o tráfico de drogas.....	71
8	Necessidade do laudo toxicológico para a configuração da falta grave consistente na posse de droga.....	95
9	Recurso contra a suspensão dos processos pelo art. 28 no colégio recursal do JECRIM.....	82

Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	A não observância do rito procedimental previsto na lei de drogas (ausência de notificação para apresentação de defesa preliminar) gera nulidade relativa.....	25
2	Aplicação da pena - possibilidade ou não de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando o tráfico de drogas for praticado com o intuito de introduzir substâncias ilícitas em estabelecimento prisional.....	10
3	Aplicação da pena. Quantidade de droga na pena-base e para afastar tráfico privilegiado. <i>Bis in idem</i> .....	43
4	Art. 33, §4º. Inexiste direito subjetivo à redução em seu grau máximo.....	37



5	Associação para o tráfico de drogas – livramento condicional.....	41
6	Associação para o tráfico de drogas. Recurso de formulação de ANPP – manutenção.....	98
7	Associação para o tráfico. Prisão preventiva. Substituição pela domiciliar. Inadequação. Delito praticado na própria residência.....	16
8	Circunstâncias impeditivas do tráfico privilegiado (art. 33, §4o., da Lei 11.343/06.....	15
9	Conflito aparente de normas. Impossibilidade de concurso entre os crimes da lei de drogas (arts. 33 a 37) e o delito de corrupção de menores (art. 244-b ECA).....	13
10	Crime de associação para o tráfico de drogas.....	33
11	Flagrante de uso de drogas pode ser lavrado por autoridade policial somente na ausência de juiz.....	101
12	Indeferimento do indulto no tráfico de drogas.....	62
13	Interrogatório realizado no início da instrução pena. Nulidade.....	50
14	Jurisprudência em teses traz entendimentos sobre a lei de drogas.....	50
15	Jurisprudência em teses.....	62
16	Menoridade do adolescente envolvido em tráfico de drogas deve ser provada por documento de identificação.....	104
17	Momento do interrogatório – último ato da instrução.....	22
18	Nova edição de jurisprudência em teses aborda lei de drogas.....	44
19	O tráfico de drogas é crime de ação múltipla, sendo prescindível a realização de venda do entorpecente.....	53
20	Para a sexta turma do STJ, reincidência que aumenta pena por posse de drogas para uso próprio é específica.....	93
21	Posse de drogas para consumo pessoal. Art. 28, §4º. Reincidência específica. Revisão do entendimento da sexta turma.....	79
22	Posse de drogas para consumo próprio não obriga revogação da suspensão condicional do processo.....	91

23	Procedimento. Inobservância do rito procedimental que prevê apresentação de defesa prévia antes do recebimento da denúncia. Nulidade relativa.....	53
24	Quinta turma STJ afasta reincidência por delito de porte de droga para uso pessoal.....	24
25	Segundo entendimento do STJ é vedado pleitear em <i>habeas corpus</i> a aplicação da minorante do artigo 33, parágrafo 4º, da Lei 11.343/06, para concluir de modo diverso do que foi decidido nas vias ordinárias.....	32
26	TF - É atípica a importação de sementes de “ <i>Cannabis sativa</i> ”.....	49
27	STJ: a majorante da menoridade no tráfico dispensa a prova da certidão.....	11
28	Teses do STJ sobre a lei de drogas.....	92
29	Tráfico de drogas e a causa de aumento do art. 40, III.....	23
30	Tráfico de drogas e a prova da materialidade delitiva.....	13
31	Tráfico de drogas. Busca ilegal e prisão em flagrante.....	1
32	Tráfico de drogas. Crime praticado em presídio por meio de telefone. Art. 40, III, da lei n. 11.343/06. Majorante. Incidência.....	75
33	Tráfico de drogas. Dependências ou imediações de igrejas. Causa de aumento de pena. Art. 40, II. Não incidência.....	95
34	Tráfico de drogas. Flagrante. Violação de domicílio. Tema 280/STF. Denúncia anônima. Fuga isolada do suspeito. Ausência de justa causa. Nulidade de provas.....	86
35	Tráfico de drogas e causa de aumento do art. 40, III da Lei n. 11.343/2006.....	23

### **LEI DE LICITAÇÕES (8.666/93)**

#### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Crime de dispensa ilegal de licitação exige prova de dolo e de dano ao erário.....	89
2	Jurisprudência em Teses do STJ trata de crimes da Lei de Licitações.....	69

### **LEI MARIA DA PENHA (11.340/06)**

### Estudos do CAOCRIM

- 1 Lei 13.380/2019: apreensão de arma de fogo sob posse de agressor em casos de violência doméstica.....69
- 2 Lei 13.836/19: acrescenta dispositivo ao art. 12 da lei maria da penha.....51
- 3 Lei 13.871/1: impõe ao agressor a obrigação de ressarcir os custos de serviços de saúde e dispositivos de segurança nos casos de violência contra a mulher.....66
- 4 Lei 13.882/19: matrícula dos dependentes de mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio.....69
- 5 Lei 13.894/19: altera a lei maria da penha para dispor sobre assistência judiciária para divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável.....72
- 6 Lei 13.984/20. Novas medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor.....87
- 7 Novidade legislativa: lei nº 13.87, de 13 de maio de 2019.....48

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

- 1 Ameaças de ex-namorado à mulher via facebook. Crime à distância. Internacionalidade configurada. Pedido de medidas protetivas de urgência ao Poder Judiciário brasileiro. Lei Maria da Penha. Concretude às convenções internacionais firmadas pelo Brasil. Competência da justiça Federal.....30
- 2 Crime do art. 24 -A da Lei Maria da Penha- Competência.....74
- 3 Medida protetiva. Art. 9º, § 2º, II, da Lei n. 11.340/2016 (Lei Maria da Penha). Manutenção do vínculo trabalhista. Afastamento do local de trabalho. Vara especializada em violência doméstica e familiar. Competência.....67
- 4 Vias de fato - praticada no ambiente doméstico e familiar contra a mulher. Prisão preventiva. Não cabimento.....23
- 5 Violência doméstica e familiar contra a mulher. Alimentos fixados a título de medida protetiva. Decisão em processo penal. Título idôneo.....36
- 6 Violência doméstica e familiar contra a mulher. Dano moral in re ipsa. Valor mínimo para a reparação civil. Art. 387, IV, do CPP. Posterior reconciliação. Irrelevância. Execução do título. Opção da vítima.....71
- 7 Violência doméstica e familiar contra mulher. Delito praticado por neto contra avó.

	Situação de vulnerabilidade. Lei n. 11.340/2006. Aplicabilidade.....	95
8	Violência doméstica. Lesão corporal leve. Representação. Retratação no cartório da Vara. Irrelevância. Art. 16 da Lei n. 11.340/2006. Audiência específica. Necessidade.....	70
9	Violência doméstica. Violação do art. 17 da lei n. 11.340/2006.....	45
	<u>Decisões do setor art. 28 do CPP</u>	
1	Art. 24-A da Lei Maria da Penha. Descumprimento de medida protetiva. Crime Competência da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Não cabimento da LEI 9.099/95.....	93

#### **MEDIDA CAUTELAR**

##### Estudos do CAOCRIM

1	Detração e medidas cautelares diversas da prisão preventiva.....	64
---	--	----

##### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Medida cautelar de suspensão de atividade econômica pode atingir pessoa jurídica.....	67
---	---	----

#### **MEDIDA DE SEGURANÇA**

##### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Juiz pode escolher tratamento ambulatorial para inimputável acusado de fato punível com reclusão.....	89
2	Medida de segurança - Crime apenado com reclusão - Internação.....	62

#### **MEDIDAS ASSECURATÓRIAS**

##### Estudos do CAOCRIM

1	Medidas assecuratórias de proibição de reunião e carreatas.....	85
---	---	----

##### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Arresto e requisitos.....	40
---	---------------------------	----

### MODELOS

#### Estudos do CAOCRIM

1	Alienação antecipada de bens utilizados para a prática de crimes definidos na lei de drogas. Artigo 61 da lei n. 11.343/2006. Modelo do CAOCRIM, de acordo com a redação dada pela Lei n. 13.840/2019.....	103
1	Cautelares inominadas para dar efeito suspensivo ao RESE.....	85
2	Colaboração premiada – termo de confidencialidade.....	33
3	Cota de oferecimento da denúncia para o caso de ANPP não celebrado na fase policial por falta de advogado/defensor público, aplicando o art. 79, da lei 9.099/95, por analogia.....	81
4	Denúncia – art. 268 CP,.....	85
5	Mandado de segurança. Tribunal do júri: transcrição das gravações para uso em plenário.....	4
6	Manifestação contrária ao pedido de prisão domiciliar para preso como forma de prevenção do Coronavírus.....	84
7	Manifestação de remessa do feito para a Justiça Militar.....	2
8	Manifestação sobre o pedido de revogação da prisão preventiva em razão da pandemia.....	86
9	Modelo atualizado da execução da pena de multa e fluxograma.....	81
10	Modelo de portaria – PAA Coronavírus – unidades prisionais.....	86
11	Modelo do agravo do colega Jerônimo Crepaldi Júnior, interposto em face de decisão que declarou extinta a punibilidade do sentenciado em razão do cumprimento integral da PPL, entendendo inexecutável a multa, em virtude do valor baixo.....	88
12	Modelos do CAOCRIM.....	81
13	Modelos do recurso contra decisão que suspende o processo para colher a “representação da vítima” no crime de estelionato.....	81

## **NULIDADES**

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

- 1 Cerceamento de defesa e nulidade de intimação.....28
- 2 Infiltração policial sem autorização judicial e ilicitude de provas.....39
- 3 Inversão da ordem de oitiva de testemunhas inquiridas por precatório não gera nulidade.....31
- 4 Menção à decisão de pronúncia não leva obrigatoriamente à anulação do júri.....48
- 5 Ministro anula condenação baseada apenas em reconhecimento fotográfico do acusado na fase de inquérito.....60
- 6 Não demonstrado prejuízo, a ausência do órgão acusatório na audiência de oitiva de testemunhas não enseja a nulidade do ato.....20
- 7 Ordem das alegações finais no caso de colaboração premiada. 2ª Turma reconhece cerceamento de defesa e anula condenação de ex-presidente da Petrobras.....63
- 8 Revista íntima. Denúncia anônima. Fundamento exclusivo. Impossibilidade. Ilicitude das provas obtidas.....75
- 9 São nulas provas obtidas em WhatsApp sem autorização judicial.....18
- 10 Sentença penal condenatória por meio audiovisual. Transcrição parcial do seu conteúdo. Ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Não ocorrência.....38
- 11 STF - É nulo interrogatório realizado durante busca e apreensão.....53
- 12 STJ - É nula a prova obtida a partir de ligação telefônica em que policial se faz passar por suspeito abordado.....68
- 13 STJ - Revelação de votações unânimes no júri não provoca nulidade por ofensa ao sigilo.....45
- 14 Terceira Seção determina desentranhamento de provas derivadas obtidas em interceptações telefônicas ilícitas.....40
- 15 Tribunal do Júri. Quebra da incomunicabilidade entre os jurados. Membro do Conselho de Sentença que afirmou em plena fala da acusação que havia crime.

	Nulidade. Ocorrência.....	19
16	Tribunal do Júri. Sustentação oral em plenário. Tempo reduzido. Deficiência de defesa. Nulidade. Ausência. Imprescindibilidade de demonstração do prejuízo.....	9

## OUTROS TEMAS DIVERSOS

### Estudos do CAOCRIM

1	Ações do <i>Cyber</i> GAECO para combater <i>fake news</i> sobre Coronavírus.....	85
2	Ações e estratégias adotadas no MPSP em razão do COVID19.....	90
3	Atuação do mesmo representante do Ministério Público em instâncias distintas. Consequência.....	73
4	COVID19 -levantamento demonstra redução de morte de mulheres em abril.....	97
5	Dia internacional do combate à corrupção: prestação de contas do MPSP.....	32
6	Lei 13.804/19: cassação de habilitação para autores de receptação, descaminho e contrabando.....	34
7	Nota técnica nº3: observações sobre a situação prisional na pandemia.....	94
8	Pedido de exclusão de dados do IIRGD. Constrangimento ilegal. Direito líquido e certo. Desprovemento.....	27
9	Recomendação ao governo do estado de São Paulo elaborada pela promotoria de justiça de direitos humanos - saúde pública.....	8
10	Recomendação da promotoria de justiça de direitos humanos para secretaria de administração penitenciária (cuidados sanitários com a população carcerária).....	85

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Nomeação do Núcleo de Prática Jurídica em juízo. Desnecessidade da juntada de procuração. Inaplicabilidade da Súmula 115/STJ.....	3
2	Revista pessoal. Exclusividade das autoridades judiciais, policiais ou seus agentes..	60
3	Súmula Vinculante 14 e direito à intimidade de corrêu.....	80

### Setor de recursos especiais e extraordinários

- 1 Noções gerais sobre a atuação do Setor de Recursos Extraordinários e Especiais criminais.....93

Artigos do CAOCRIM

- 1 Boletim do CAOCRIM a serviço do Ministério Público de São Paulo na definição e divulgação da política criminal.....100

**PACOTE ANTICRIME (LEI 13.964/19)**

Estudos do CAOCRIM

- 1 Execução da multa e o início/course do prazo prescricional.....82

- 2 Nota técnica nº 09: Letalidade Policial. Lei anticrime e os arts. 14-A e 16-A CPPM.....102

- 2 O confisco alargado e a sua aplicação a fatos pretéritos.....83

Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

- 1 Prisão preventiva, revisão periódica e o Pacote Anticrime.....83

- 2 Relatora restringe aplicação da nova lei que impõe revisão periódica da prisão preventiva.....98

Artigos do CAOCRIM

- 1 O processo penal após o ‘pacote anticrime’: algumas visões para o futuro.....100

**PRERROGATIVA DE FORO**

Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

- 1 Detentor de foro por prerrogativa de função. Declinação de competência para a Justiça Comum.....38

- 2 Encerramento da instrução e permanência da prerrogativa do parlamentar.....5

- 3 Interpretação restritiva.....2

- 4 Prorrogação da competência.....27



## **PRESCRIÇÃO**

### Estudos do CAOCRIM

- 1 Acórdão confirmatório da condenação como causa interruptiva da prescrição.....16
- 2 Confirmação da sentença condenatória e a sua força interruptiva da prescrição.....79
- 3 Não aplicação do disposto no art. 600, §4º, do CPP, em prol da defensoria pública, nos casos em que a prescrição estiver próxima.....55
- 4 Termo inicial da prescrição da pretensão executória (PPE). Releitura jurisprudencial.....20

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

- 1 1ª Turma do STF reconhece que acórdão condenatório que confirma sentença interrompe prazo da prescrição.....78
- 2 Acórdão confirmatório de condenação interrompe a prescrição.....43
- 3 Decisão colegiada que confirma sentença condenatória interrompe prazo da prescrição.....90
- 4 Falsidade ideológica. Crime instantâneo, cujos efeitos podem se protrair no tempo. Prescrição da pretensão punitiva. Termo inicial. Consumação do delito.....97
- 5 Para Sexta Turma do STJ, prazo de prescrição não é suspenso durante o cumprimento de transação penal.....70
- 6 Prescrição da Pretensão Executória - Termo inicial.....35
- 7 Prescrição da pretensão executória. Início da contagem do prazo. Impossibilidade. Cumprimento de pena decorrente de condenação imposta em outro processo. Inteligência do artigo 116 do Código Penal.....94
- 8 Prescrição em perspectiva. Inadmissibilidade. Súmula 438 STJ.....63
- 9 Prescrição. Réu que completou 70 anos depois da sentença condenatória. Acórdão condenatório que interrompe o prazo prescricional. Art. 115 do Código Penal. Inaplicabilidade.....61
- 10 Quinta Turma do STJ aplica tese do STF sobre interrupção da prescrição por acórdão que confirma sentença condenatória.....96
- 11 Reconhecimento da prescrição tributária não afeta a persecução penal, diante da

independência entre as esferas administrativo-tributária e penal.....15

## PRINCÍPIOS

### Estudos do CAOCRIM

1 Crimes tributários e princípio da insignificância a tributos que não sejam da competência da união.....81

2 Os tribunais superiores e a (não) aplicação do princípio da insignificância.....19

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1 Analogia no Direito Penal e a jurisprudência do STJ.....12

2 Apelação - inclusão de circunstâncias judiciais sem incremento da pena e “*reformatio in pejus*”.....30

3 Art. 68 da Lei de Crimes Ambientais e inaplicabilidade do princípio da insignificância.....72

4 Arts. 241-A e 241-B da Lei n. 8.069/1990. Consunção automática. Inocorrência. Necessidade de análise das peculiaridades de cada caso.....87

5 Cerceamento de defesa e nulidade de intimação.....28

6 Crime de violação de direitos autorais - Não aplicação do princípio da adequação social.....63

7 Furto famélico e o princípio da insignificância.....17

8 Furto qualificado e o princípio da insignificância.....56

9 Princípio da insignificância e pesca no período defeso.....3

10 Princípio da insignificância e regime prisional.....48

11 Princípio da insignificância. Valor dos bens subtraídos superior a 10 % (dez por cento) do salário mínimo vigente à época dos fatos. Inaplicabilidade.....31

12 Reincidência habitual impede aplicação do princípio da insignificância em caso de furto.....79

13 Reincidência. Ausência de reconhecimento pelo juízo sentenciante. Proclamação pelo juízo da execução. Possibilidade. Reformatio in pejus. Inexistência.....79

14	Sentença penal condenatória por meio audiovisual. Transcrição parcial do seu conteúdo. Ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Não ocorrência.....	38
15	STJ - Reincidência habitual impede a incidência do princípio da insignificância.....	80
16	STJ afasta consunção entre os delitos desacato e resistência.....	8
17	Teoria da Cegueira Deliberada.....	55
18	Valor não executado pelo fisco autoriza reconhecimento da insignificância em crime tributário estadual.....	97

## **PRISÃO**

### Estudos do CAOCRIM

1	A prisão domiciliar e a progressão de regime para presas gestantes e mães ou responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência.....	34
2	Análise sobre as revogações de prisões preventivas e progressões de regimes no cumprimento de penas no contexto da COVID 19.....	85
3	Pedido de prisão domiciliar para preso como forma de prevenção do Coronavírus - modelo de manifestação contrária do MP.....	84
4	Prisão em flagrante por guardas municipais.....	8

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Atos infracionais como justificativa para manutenção de prisão preventiva.....	18
2	Atos infracionais como justificativa para manutenção de prisão preventiva.....	58
3	Atraso na instrução em razão de férias da testemunha pode caracterizar excesso de prazo na prisão preventiva.....	86
4	<i>Habeas corpus</i> não comporta a análise de eventual pena ou regime a serem aplicados em caso de condenação, a fim de determinar possível desproporcionalidade da prisão cautelar.....	27
5	Presos provisórios. Substituição da prisão preventiva por domiciliar. Não cabimento. Inaplicabilidade da Súmula Vinculante n. 56/STF. Enunciado que versa sobre preso definitivo ou àquele em cumprimento provisório da condenação.....	39

6	Prisão em flagrante. Tráfico de drogas. Busca ilegal.....	1
7	Prisão em flagrante por descumprimento de delação premiada: ilegalidade.....	29
8	Prisão em flagrante por guardas municipais.....	1
9	Prisão em flagrante por mais de 24h. demora na realização de audiência de custódia. Ilegalidade.....	45
10	Prisão preventiva de mãe de criança. Possibilidade, de acordo com o caso concreto.....	68
11	Prisão Preventiva sem fundamento não pode ser substituída por cautelares.....	48
12	Prisão preventiva, revisão periódica e o Pacote Anticrime.....	83
13	Relatora restringe aplicação da nova lei que impõe revisão periódica da prisão preventiva.....	98
14	Relaxamento e concessão de HC de ofício para trancar IP - prova ilícita - violação de domicílio fora dos casos permitidos pela CF/1988.....	29
15	Situações excepcionais podem impedir prisão domiciliar para mães mesmo após alterações do CPP.....	37
16	STJ: prisão domiciliar por doença não se justifica se há tratamento adequado na prisão.....	11
17	Suspensa prisão preventiva decretada sem requerimento do MP e da autoridade policial.....	103
18	Teses do STJ sobre prisão preventiva.....	72
19	Tráfico de drogas. Violação de domicílio por fuga de suspeito, após denúncia anônima. Ausência de justa causa. Nulidade de provas.....	86
20	Vias de fato - praticada no ambiente doméstico e familiar contra a mulher. Prisão preventiva. Não cabimento.....	23

### **PROVAS**

#### Estudos do CAOCRIM

- 1 A prova da menoridade dispensa a apresentação de certidão de nascimento, bastante

	que a condição do menor seja demonstrada por qualquer meio dotados de fé pública.....	93
2	As provas produzidas na esfera inquisitorial, seu reexame na instrução criminal e o art. 155 do CPP.....	9
3	Exigência de que o aparelho utilizado para a prova da infração do art. 306, do CTB seja homologado pelo INMETRO.....	51
4	Jogos de azar por meio da internet: comprovação da materialidade.....	14
5	Lei 13.271/18: estabelece prioridades para a realização de exame de corpo de delito.....	23
6	Mensagens contidas em celular apreendido. Limites à investigação criminal.....	31
7	Palavra da vítima. Valor probatório.....	75
8	Súmula sobre a folha de registro de antecedentes criminais como prova da reincidência.....	54
9	Testemunha residente no estrangeiro. Indeferimento da prova quando não demonstrada a sua imprescindibilidade.....	13
	<u>Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM</u>	
1	A produção antecipada de provas, com base no art. 366 do CPP, deve ser concretamente fundamentada.....	9
2	Ação penal originária e momento do interrogatório.....	25
3	Acordo de leniência e compartilhamento de provas.....	19
4	Busca e apreensão – Nulidade - Ausência de lacre em todo o material apreendido - Prejuízo não demonstrado - Presunção de validade dos atos praticados por funcionários públicos.....	41
5	Condução coercitiva para interrogatório e recepção pela Constituição Federal de 1988.....	7
6	Crimes contra a relação de consumo - Análise da necessidade ou não da realização de perícia para a comprovação da materialidade do crime de expor à venda produtos impróprios para o consumo.....	18
7	Falta de perícia em área com vestígios de degradação leva à absolvição de acusado	

	de crime ambiental.....	70
8	Infiltração policial sem autorização judicial e ilicitude de provas.....	39
9	Perícias e documentos produzidos na fase inquisitorial e sua eficácia probatória.....	9
10	Produção antecipada de provas.....	57
11	Quebra de sigilo de dados armazenados.....	55
12	Reconhecimento fotográfico. Validade quando ratificado em juízo.....	10
13	São inválidas as provas obtidas por guarda municipal em investigação deflagrada por denúncia anônima.....	103
14	São nulas provas obtidas em WhatsApp sem autorização judicial.....	18
15	STF: Interceptações telefônicas com base em denúncia anônima.....	14
16	STJ: É legal a prova com material genético descartado, ainda que não tenha havido consentimento do investigado.....	12
17	STJ: Realização de novo interrogatório não reabre prazo para diligências.....	13
18	Súmula Vinculante 14 e não comprovação de restrição de acesso aos elementos de prova.....	64
19	Testemunho prestado por policiais. Validade.....	10

## RECEPTAÇÃO

### Estudos do CAOCRIM

1	Viabilidade de crime de receptação quando o crime antecedente não for patrimonial, como na hipótese de crime de falso ou adulteração de sinal identificador de veículo.....	11
---	---	----

## RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL

### Estudos do CAOCRIM

1	O uso da reclamação como forma de assegurar decisão emanada dos tribunais de justiça.....	17
---	---	----

## RECURSOS

### Estudos do CAOCRIM

- 1 Agravo regimental/interno com pedido de urgência de reconsideração da medida liminar concedida pelo STJ.....94
- 2 Indeferimento do pedido de sequestro de bens dos denunciados – apelação.....42
- 3 Recurso contra decisão que indefere ou revoga medida protetiva de urgência. Mais recente enunciado do CAOCRIM.....91
- 4 Recurso de ofício no CPP (art. 574), constitucionalidade. Condição exigida por lei.....41
- 5 Renúncia ao direito de recorrer pelo MP.....46

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

- 1 Análise da possibilidade ou não de reavaliação jurídica de fatos incontroversos em sede de recurso especial em matéria penal.....15
- 2 Condenado a regime semiaberto não pode ser mantido preso para recorrer.....87
- 3 Deferimento de desbloqueio de bens e valores. Decisão definitiva. Mandado de segurança. Inadmissibilidade. Decisão passível de recurso de apelação.....88
- 4 Desclassificação da conduta sem declínio da competência. Recurso cabível.....44
- 5 Revisão criminal fundada no art. 621, I, do CPP. Ausência de indicação do dispositivo violado. Violação do sistema processual. Possibilidade.....69
- 6 STJ: Não há interesse recursal do MP para inserção de expressões específicas sobre qualificadoras reconhecidas na pronúncia.....61
- 7 Suspensão do processo (art. 366, CPP). Pedido de produção antecipada de prova. Decisão interlocutória de indeferimento. Recurso em sentido estrito. Cabimento. Interpretação extensiva do inciso XI do art. 581 do CPP.....36

## ROUBO

### Estudos do CAOCRIM

## Sumário dos boletins por temas - agosto de 2020

1	Lei 13.654/18 (concurso de causas de aumento - concurso de pessoas e emprego de arma de fogo).....	38
2	Lei 13.654/18 (inconstitucionalidade formal).....	1
3	Lei 13.654/18 (novatio in melius não impede a consideração do emprego de arma branca como circunstância judicial desfavorável).....	28
4	Roubo com emprego de arma de fogo de numeração raspada. Majorante pertinente.....	92
<u>Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM</u>		
1	Crime de latrocínio: consumação e tentativa.....	65
2	Crime de roubo - Empurrão – Impossibilidade de desclassificação para o crime de furto.....	40
3	Emprego de arma branca – Aumento da pena base.....	35
4	Necessidade (ou não) da apreensão e perícia da arma de fogo para a incidência da majorante do art. 157, §2, I, CP.....	4
5	Roubo com emprego de arma branca: <i>abolitio</i> da majorante de pena.....	7
6	Roubo com emprego de arma de fogo - Desnecessidade da apreensão da arma.....	57
7	Roubo majorado em concurso formal - Lesão a patrimônios distintos - Vítimas diversas.....	61

### SENTENÇA

#### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

1	Fundamentação não pode se limitar à transcrição de outra peça, reafirma Terceira Seção do STJ.....	64
---	--	----

### TERMO CIRCUNSTANCIADO

#### Estudos do CAOCRIM

1	Termo circunstanciado elaborado pela PM.....	40
---	--	----



## **TERRORISMO**

### Estudos do CAOCRIM

- 1 Novidade legislativa: lei nº 13.810/19 - dispõe sobre a indisponibilidade de ativos de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo.....39
- 2 Terrorismo doméstico. Competência da Justiça Estadual.....39

## **TORTURA**

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

- 1 STJ: Tortura-prova dispensa comprovação de sofrimento intenso.....17
- 2 Tortura-castigo. Art. 1º, II, da Lei n. 9.455/1997. Crime próprio. Agente que ostente posição de garante. Necessidade.....25

## **TRIBUNAL DO JÚRI**

### Estudos do CAOCRIM

- 1 A resposta dos jurados reconhecendo materialidade e autoria, porém, absolvendo o réu quando a única tese suscitada pela defesa técnica e em autodefesa foi a negativa de autoria: consequências.....20
- 2 Art. 478 do CPP e a leitura da decisão de pronúncia em plenário.....4
- 3 Colaboração premiada no procedimento do júri.....49
- 4 Execução penal provisória no tribunal do júri.....90
- 5 O quesito genérico de absolvição no júri e o recurso do Ministério Público.....60
- 6 Transcrição das gravações para uso em plenário (com modelo de mandado de segurança.....4

### Decisões de interesse institucional comentadas pelo CAOCRIM

- 1 1ª Turma determina realização de novo Júri diante de absolvição de réu contra provas dos autos.....83

2	A condução do interrogatório do réu de forma firme durante o júri não importa, necessariamente, em quebra da imparcialidade do juiz e em influência negativa nos jurados.....6
3	Condenação pelo tribunal do júri e execução provisória da pena.....30
4	Execução penal provisória. (Ir)retroatividade do art. 491, I, 'e', do CPP.....102
5	Homicídio na direção de veículo automotor e competência do tribunal do júri.....7
6	Menção à decisão de pronúncia não leva obrigatoriamente à anulação do júri.....48
7	Ministro Celso de Mello suspende realização de novo Júri em caso de absolvição genérica contrária às provas dos autos.....101
8	O Supremo Tribunal Federal admite a realização de julgamento pelo Tribunal do Júri na pendência de recurso especial e de recurso extraordinário.....43
9	STF julga se Tribunal pode determinar novo júri de réu absolvido contra as provas dos autos.....92
10	STJ - Revelação de votações unânimes no júri não provoca nulidade por ofensa ao sigilo.....45
11	Tribunal do Júri- Decisão manifestamente contrária à provas dos autos - Afastamento da qualificadora pelo Tribunal de origem.....41
12	Tribunal do Júri. Pedido de desaforamento. Art. 427 do CPP. Divulgação dos fatos e opinião da mídia. Mera presunção de parcialidade dos jurados. Insuficiência.....89
13	Tribunal do Júri. Quebra da incomunicabilidade entre os jurados. Membro do Conselho de Sentença que afirmou em plena fala da acusação que havia crime. Nulidade. Ocorrência.....19
14	Tribunal do Júri. Sustentação oral em plenário. Tempo reduzido. Deficiência de defesa. Nulidade. Ausência. Imprescindibilidade de demonstração do prejuízo.....9
15	Tribunal do júri: pronúncia e princípio do <i>in dubio pro societate</i> .....42